



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTANHA – PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

1 – O Conselho Municipal de Saúde do Município de **Montanha**, Estado do Espírito Santo, em atendimento as exigências legais, notadamente os artigos 34 a 37 da Lei Complementar Federal nº 141/2012, a regulamentação própria deste Município e normas do Ministério da Saúde, para fins da Prestação de Contas Anual de **2016**, do Fundo Municipal de Saúde do Município de Montanha, é de parecer pela aprovação das contas da gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

2 – A opinião supra está consubstanciada nos resultados do acompanhamento periódico, em relação ao exercício financeiro **2016**, conduzidos pelo Conselho Municipal de Saúde, segundo planejamento definido para o período, observando as competências legais do Conselho, com abordagem dos seguintes aspectos:

- a) Organização do Conselho Municipal de Saúde;
- b) O grau de relevância atribuído pelo gestor ao Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas ao Setor de Saúde;
- c) A efetividade do sistema de planejamento, respectivo ao processo de elaboração e a inclusão dos instrumentos de planejamento da saúde no PPA, LDO e LOA;
- d) Fiscalização do cumprimento do plano Municipal de Saúde;
- e) Acompanhamento da execução da programação anual da Saúde;
- f) Avaliação da dedicação ao cumprimento de metas físicas e financeiras dos planos de aplicação dos recursos da Saúde;
- g) Avaliação da dedicação do gestor às ações e atividades da estratégia PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA.

3 – Acompanhamento, até onde o exame puder alcançar do cumprimento do percentual Constitucional mínimo de receitas



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

vinculadas a saúde, compreendendo as receitas de impostos e transferências constitucionais vinculadas em respectivo regimento de aplicações financeiras, no ano de **2016**, e as despesas realizadas com fontes livres e mais as vinculadas pela Emenda Constitucional 29/2000, destinada as ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos arts. 2º e 3º da Lei Complementar 141/2012, podendo se opinar que não foram constatadas ofensas às normas.

4- A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Montanha, 31 de dezembro de 2016.


José Carlos Rodrigues da Silva
Presidente

MEMBROS:

Dorvelina de Souza Ramos Oliveira
Cláudia Souza Machado Rios
Raquel Carletto de Oliveira
Elizangela de Moraes Ernesto Silva
Valquíria Pereira Barreto Teixeira
Marineuza Oliveira da Silva
Josué Albani
Carmem Dolores Rios Almeida
Delcinha Souza Silva Cosmi
Amélia Maria de Oliveira
Sirene dos Santos Oliveira Nascimento
Jane Coelho Carvalho dos Anjos